

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

CONGRESSO NACIONAL

CPMI de 8 de janeiro – 26 e 28/09 - 09h - Plenário 02

A CPMI do 8 de Janeiro tem reunião marcada para terça-feira (26), às 9h, para ouvir o general Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) do governo Bolsonaro.

Na quinta-feira (28), a oitiva será com Alan Diego dos Santos Rodrigues. Ele foi preso no final do ano passado por participar da tentativa de explosão de uma bomba colocada em um caminhão-tanque de querosene no aeroporto de Brasília. Foi condenado a mais de cinco anos de prisão.

Resultado: Para assistir a reunião do dia 26, [clique aqui](#). A oitiva desta quinta-feira (28) foi cancelada.

SENADO FEDERAL

Plenário – 26 a 28/09

Na pauta do Plenário do Senado desta semana, entre outras proposições, constam:

- **PLP 23/2019**, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 a fim de incentivar a pesquisa e desenvolvimento da Nanotecnologia no Brasil.
- **PL 2796/2021**, que Cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos e para os jogos de fantasia.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

Na sexta-feira (29), às 14h, será realizada sessão do Plenário do Senado para Celebrar o Dia da Democracia.

Resultado: O Plenário do Senado aprovou, nesta quarta-feira (27), o projeto que regulamenta os direitos originários indígenas sobre suas terras (PL 2.903/2023). Foram 43 votos a favor e

21 contrários. Do ex-deputado Homero Pereira (1955-2013) e relatado pelo senador Marcos Rogério (PL-RO), o projeto segue agora para a sanção da Presidência da República. A matéria foi aprovada nessa manhã pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e enviada ao Plenário — onde foi aprovado um requerimento para a tramitação em regime de urgência. Para acessar a redação final, [clique aqui](#).

CPI das ONGs – 26/09 - 10h - Plenário 06

A CPI das ONGs agendou para terça-feira (26), a partir das 10h, oitivas com o antropólogo francês Bruce Albert e a secretária nacional de Mudança do Clima no Ministério do Meio Ambiente, Ana Toni.

Resultado: Para assistir a reunião, [clique aqui](#).

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) - 27/09 - 10h - Plenário 03

ITEM 1 - [PL 2903/2023](#), que regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

O relator, Senador Marcos Rogério, apresentou [parecer](#) pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado. A matéria seguiu para o Plenário e também foi aprovada. Agora, segue para sanção presidencial.

ITEM 4 – [PEC 8/2021](#), que altera a Constituição Federal para dispor sobre os pedidos de vista, declaração de inconstitucionalidade e concessão de medidas cautelares nos tribunais.

O relator, Senador Esperidião Amin, apresentou [parecer](#) pela aprovação da matéria.

Resultado: Não deliberado.

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) - 28/09 - 10h - Plenário 03

Audiência pública para Instruir o PL 1388/2023, que “dispõe sobre crimes de responsabilidade e disciplina o respectivo processo e julgamento”. Entre os convidados, destacam-se:

- **Ives Gandra Filho**, Ex-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho;
- **Daniel Antônio Sarmiento**, Ex-Procurador da República e professor de Direito Constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ);
- **Carlos Eduardo do Amaral**, Advogado, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados e Ex-Diretor Jurídico da Presidência do Senado;
- **André Pereira**, Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais;
- **Frederico Mendes Júnior**, Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB);

Resultado: Realizada. Durante o debate, convidados apontaram a necessidade do Projeto de Lei 1.388/2023 (que regula crimes de responsabilidade) preservar a soberania do voto popular do presidente da República em casos de impeachment. Com esse argumento, debatedores sugeriram alterações no projeto, apresentado pelo senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para privilegiar a vontade da maioria expressiva dos parlamentares nos processos de impeachment conduzidos no Congresso Nacional. Para assistir, [clique aqui](#).

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 26 a 28/09

Pauta da semana não foi divulgada.

Resultado: A única matéria aprovada nesta semana no Plenário da Câmara foi a Medida Provisória (MP) 1177/23, que abre crédito extraordinário de R\$ 200 milhões no Orçamento de 2023 para combater a gripe aviária. A MP será enviada ao Senado.

**CESP que analisa a PEC das cotas mínimas (PEC 09/2023) – 26/09 – 14h30 –
Plenário a definir**

A comissão especial sobre a cota mínima de recursos dos partidos ([PEC 9/2023](#)) marcou para esta terça-feira (26) sessão para deliberação da matéria. A proposta impede punições a

partidos políticos que descumpriram as cotas mínimas de gênero e raça nas eleições de 2022. O relator, dep. Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP), apresentou [parecer](#) pela aprovação da matéria, com substitutivo.

Resultado: Não deliberada.

Comissão de Viação e Transporte (CVT) – 26/09 – 16h – Plenário a definir

Audiência pública sobre preços e prestação dos serviços de transporte aéreo regular. Entre os convidados, destacam-se:

- **Rafael Pereira Scherre**, Diretor do Departamento de Outorgas, Patrimônio e Políticas Regulatórias Aeroportuárias, da Secretaria Nacional de Aviação Civil;
- **Vitor Hugo do Amaral Ferreira**, Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento da Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senacon);
- **Luiz Augusto Santos Lima**, Subprocurador-Geral da República (MPF).

Resultado: Reunião cancelada.

Comissão de Previdência e Família - 27/09 - 10h - Plenário 01

[PL 580/2007](#), que altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para dispor sobre o contrato civil de união homoafetiva. O relator, deputado Pastor Eurico (PL-PE), apresentou [parecer](#) pela aprovação pela aprovação do PL 5167/2009, apensado, e pela rejeição do PL 580/2007, principal, e do PL 4914/2009, do PL 1865/2011, do PL 5120/2013, do PL 3537/2015, do PL 4004/2021, do PL 5962/2016, e do PL 8928/2017, apensados.

Resultado: Após mais de cinco horas de discussão, a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados adiou a votação da proposta que derruba o casamento civil homoafetivo. O presidente da comissão, deputado Fernando Rodolfo (PL-PE), remarcou a votação para o dia 10 de outubro.

O relator, deputado Pastor Eurico (PL-PE), pediu mais tempo para analisar sugestões e votos dos colegas. “Gostaria de pedir que nos desse mais um tempo, em respeito aos que

honrosamente falaram aqui e até aos que nos desrespeitaram, para provar que não há retaliação e não estamos aqui para impor nada”, disse.

Em seu parecer, Eurico defende a aprovação do Projeto de Lei 5167/09, segundo o qual nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo pode ser equiparada ao casamento ou a entidade familiar. Isso impacta decisões sobre dependência econômica, pensão, herança, entre outros. Esses direitos são garantidos às uniões homoafetivas desde 2011 por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).